



Número: **0815718-14.2017.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **25ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **05/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 7.762,50**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|------------------------------------------------|--------------------|---------------------------------------------------------|-----------------------------|
| ANTONIA ROCHA FREIRE MARTINS (AUTOR) | | KIOMA ERIK DOS SANTOS GUILHERME (ADVOGADO) | |
| MAPFRE SEGUROS (RÉU) | | | |
| MICHEL FREIRE DE ARAUJO (TERCEIRO INTERESSADO) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 10137 171 | 19/04/2017 16:29 | Petição Inicial | Petição Inicial |
| 10137 225 | 19/04/2017 16:29 | Docs Pessoais e de sua Ortogada | Documento de Identificação |
| 10137 304 | 19/04/2017 16:29 | Docs Medicos | Outros documentos |
| 10137 328 | 19/04/2017 16:29 | Docs Medicos (Versos) pag 1,2 e 3 | Outros documentos |
| 10137 675 | 19/04/2017 16:29 | Boletim de Ocorrência | Outros documentos |
| 10137 705 | 19/04/2017 16:29 | Declaração da SAMU | Outros documentos |
| 10137 801 | 19/04/2017 16:29 | PRÉVIO REQUE ADM | Requerimento Administrativo |
| 10138 014 | 19/04/2017 16:29 | Procuração | Procuração |
| 10181 154 | 27/04/2017 10:06 | Despacho | Despacho |
| 24126 961 | 02/04/2018 19:06 | Certidão | Certidão |
| 34205 881 | 06/11/2018 13:00 | Despacho | Despacho |
| 38339 495 | 23/01/2019 22:56 | Citação | Citação |
| 38339 496 | 23/01/2019 22:56 | Intimação | Intimação |
| 38776 464 | 06/02/2019 13:28 | AR- Mapfre Seguros- 0815718-14.2017-sld | Aviso de recebimento |
| 39489 930 | 19/02/2019 15:34 | Intimação | Intimação |
| 39489 931 | 19/02/2019 15:34 | Intimação | Intimação |
| 39489 933 | 19/02/2019 15:34 | Intimação | Intimação |
| 40612 650 | 15/03/2019 14:31 | ARnãoocumprido-ANTÔNIA-0815718-14.2017 | Aviso de recebimento |
| 40863 874 | 19/03/2019 14:34 | ARcumprido-MAPFRE-0815718-14.2017-002 | Aviso de recebimento |

| | | | |
|--------------|------------------|------------------------------------------------------|-------------------|
| 43571 457 | 29/05/2019 14:39 | Contestação | Contestação |
| 43571 476 | 29/05/2019 14:39 | 2599744 CONTESTACAO 01 | Contestação |
| 44099 860 | 06/06/2019 11:51 | Petição | Petição |
| 44099 890 | 06/06/2019 11:51 | 2601156 PETICAO DE QUESITOS JUR 01 | Outros documentos |
| 44100 558 | 06/06/2019 12:02 | Petição | Petição |
| 44100 685 | 06/06/2019 12:05 | Petição | Petição |
| 44100 703 | 06/06/2019 12:05 | 2599744 PETICAO DE QUESITOS JUR 01-2 | Outros documentos |

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DE UMA
DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DA CAPITAL.**

ANTÔNIA ROCHA FREIRE MARTINS, Brasileira, Casada, portadora da carteira de identidade SSP nº 1674890 e cadastrada no CPF/MF sob o nº 060.982.224-10, residente e domiciliada na Rua: Sinedino Xavier de Oliveira, nº 53, Ap, 06, Condomínio Residencial Odilon Pereira, Rosa dos Ventos, Parnamirim- RN, CEP:59141-620, proporem a presente ação.

**DEMANDA DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT REQUERENDO DIFERENÇA
DE VALOR RECEBIDO ADMINISTRATIVAMENTE PELO PROCEDIMENTO
ORDINÁRIO**

-

-

Em face de **MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Avenida Jaguarari 1865, Lagoa Nova, Natal, RN, CEP 59054-500, CNPJ nº 610741750001-38, pelos fatos e fundamentos jurídicos que a seguir passa a narrativa:

PREFACIALMENTE:

DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

-

Inicialmente afirma a Autora, sob as penas da Lei e de acordo com o art. 4º da Lei nº. 1.060/50 e seu parágrafo 1º, com a redação que lhe deu a Lei nº. 7.510/86, que é pessoa juridicamente necessitada e que, em consequência, não tem, condições de arcar com os

dispêndios da presente demanda sem prejuízo de seu sustento e de sua família, o que enseja o benefício da gratuidade de justiça.

DAS PUBLICAÇÕES NO DIÁRIO OFICIAL

E DAS INTIMAÇÕES

-

Requer a Autora, que todas as publicações na Imprensa Oficial sejam feitas **em nome do advogado Dr. Kioma Erik dos Santos Guilherme, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o nº. 14.340-RN**, bem como para fins do artigo 39, inciso I do CPC, que todas as futuras intimações sejam remetidas para o endereço profissional, vale dizer, Av. Tenente Cordeiro, nº 431, Boa Esperança, PARNAMIRIM-RN, CEP 59.140-6010. Tels. (84) 3272-0721, (84) 99476-6818, E-mails; kioma_guilherme@hotmail.com; sob pena de nulidade processual por cerceamento de defesa.

-

-

1 – DOS FATOS

-

Consoante comprova a inclusa documentação, no dia **02 de Outubro de 2016**, a Autora foi vítima de acidente automobilístico, e em virtude do **POLITRAUMATISMO SOFRIDO** e da gravidade dos ferimentos em seus **Cabeça e Membros Superiores**, sofreu **incapacidade e debilidade permanente, conforme prontuário de internação do Hospital Deoclécio Marques de Lucena.**

-

-

-

2- DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

A Autora postulou administrativamente o pagamento do Seguro DPVAT e recebeu a quantia de **R\$ 5.737,50 (Cinco Mil Setecentos e Trinta e Sete Reais e Cinquenta Centavos)**, como mostra comprovante em anexo.

No entanto a Demandante vem perante o poder judiciário pleitear uma segunda avaliação médica tendo em vista que o valor recebido na via administrativa a título de indenização não reflete a gravidade das lesões por ele sofridas.

3 – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

-

Pretende a requerente indenização decorrente de acidente automobilístico referente ao seguro DPVAT e que seja a ré condenada ao **PAGAMENTO** da indenização do Seguro Obrigatório, que ***este respeitável juízo arbitre com base no laudo pericial definitivo que será produzido durante a instrução processual o justo valor de indenização devido a autora*** na forma que preceituam os artigos 3º, alínea b e 5º parágrafo 1º alínea a, da Lei nº. 6.194/74.

-

-

4-DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

Considerando que a Ré tem a praxe de celebrar acordos somente após a realização de perícia médica capaz de atestar o grau do dano sofrido pela autora. A Demandante requer a Vossa Excelência a antecipação da prova pericial, com fundamento no art. 139, VI, do Código de Processo Civil a modo de adequar o procedimento às necessidades do conflito. *Após a realização da prova pericial requer a autora a designação da audiência de conciliação e mediação ou a inclusão do feito nos mutirões judiciais promovidos pela Secretaria de Conciliação do TJRN.*

-

5-DO VALOR DA CAUSA

No caso em questão existe a inviabilidade de definir de pronto o exato valor da causa debatida, pois tal definição depende da perícia médica que será realizada no autor ao longo da instrução processual que quantificará com exatidão o valor que lhe devido pela parte ré em caráter de indenização; portanto como não se sabe ao certo a atribuição do valor que corresponde exatamente o proveito econômico almejado, mostra-se correto dar, à causa, o valor de alçada. Diante de tais circunstâncias é atribuído o valor de **7.762,50 (Sete Mil, Setecentos e Sessenta e Dois Reais e Cinquenta Centavos)** a líder em caráter de alçada.

-

-

-

-

-

6- DO LAUDO QUE ATESTE A INVALIDEZ PERMANENTE

A Documentação hospitalar acostada nos autos por si só já atesta as lesões sofrida pela autora, no entanto durante a instrução processual através da perícia médica que for designada por este respeitoso juízo se atestará com exatidão a invalidez permanente que acomete a autora. A Demandada produziu um laudo de invalidez permanente na autora para o pagamento administrativo, mais como é de praxe não os disponibilizam para as vítimas dos sinistros.

Considerando a não disponibilização por parte da Ré do laudo de invalidez permanente que foi produzido na autora na instrução processual no âmbito administrativo requer a requerente que este juízo intime a Demandada a apresentar o laudo que foi

produzido, caso este juízo entenda necessário. Salientando que a Autora não concorda com o laudo que foi produzido pela Ré na esfera administrativa e que espera a confecção por perito judicial de um novo laudo pericial que ateste em definitivo a invalidez da autora afim de quantificar a devida indenização pelo dano pessoal sofrido.

-

-

-

7- DO PEDIDO

Face ao exposto, requer a autora a Vossa Excelência, o deferimento da **GRATUIDADE DE JUSTIÇA**, aguardando a inteira **PROCEDÊNCIA** do pedido, com a condenação da ré, conforme abaixo:

- a) Citação da seguradora-ré, **POR VIA POSTAL**, pra se quiser responder aos termos da presente, sob pena de revelia e confissão, na forma do art.319 do Código de Processo Civil;
- b) Seja a ré condenada ao **PAGAMENTO** da indenização do Seguro Obrigatório – DPVAT, no valor **com base no laudo pericial definitivo que será produzido durante a instrução processual da indenização devida a autora**na forma dos artigos 3º, alínea b e 5º parágrafo 1º alínea a, da Lei nº. 6.194/74;
- c) Pagamento de juros, a partir da data do acidente, correção monetária onde couberem, além de honorários advocatícios no valor de 20% **com base no valor a ser definido no laudo pericial definitivo**, custas judiciais e taxa judiciária.
- d) Solicita o autor caso V. Exa. Julgue necessário, designe o **EXPERT** para proceder exame médico no autor, visando aquilatar as lesões sofridas pelo mesmo.
- e) Após a realização da prova pericial requer a autora a designação da audiência de conciliação e mediação ou a inclusão do feito nos mutirões judiciais promovidos pela Secretaria de Conciliação do TJRN.

Segue os quesitos, devendo o ilustre perito informar:

Quesitos:

- 1- Houve ofensa a integridade corporal ou a saúde da autora? (Resposta especificada)
- 2- Qual o instrumento ou meio que produziu a ofensa?
- 3- Da ofensa resultou perigo de vida?
- 4- Da ofensa resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função; perda o inutilização de membro, sentido ou função; ou deformidade permanente? (Resposta especificada)

DAS PROVAS

Requer a autora como provas, todos os meios admitidos em direito, notadamente, depoimento pessoal do representante legal da ré, sob pena de confissão, testemunhal, documental, **prova documental superveniente e pericial medica, se necessário for.**

DO VALOR DA CAUSA

Dá-se à causa o valor de **R\$ 7.762,50 (Sete Mil, Setecentos e Sessenta e Dois Reais e Cinquenta Centavos)**, para fins de alçada.

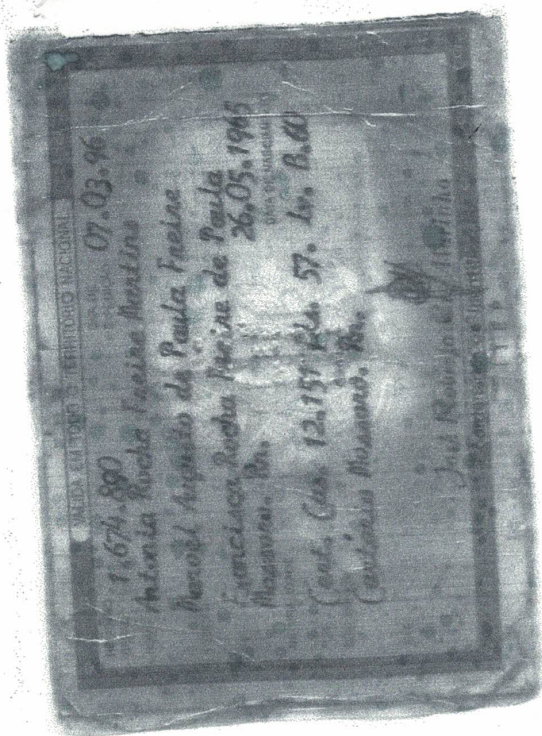
Termos em que,

Pede deferimento.

Parnamirim-RN, 19 de Abril de 2017.

KIOMA ERIK DOS SANTOS GUILHERME

OAB-RN 14.340



DIRETOR





Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02
NOTA FISCAL - FATURA - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - CEP 59025-250
Rua Mermoz, 150, Bairro, Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-250
CNPJ 08.324.196/0001-41 | Ins. Est. 20055199-0 | www.coser.com.br

DADOS DO CLIENTE
ODILON ANTONIO PEREIRA

CPF: 131.013.744-72

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
Monofásico

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA SINEDINO XAVIER DE OLIVEIRA 53
AP-06 CONDOMÍNIO RESIDENCIAL
ODILON PEREIRA
ROSA DOS VENTOS/ÁREA URBANA
PARNAMIRIM RN
59141-620

CONTA CONTRATO 0854304291
DATA DE VENCIMENTO 16/06/2016
MÊS/ANO 06/2016
DATA PREVISTA PRÓXIMA LETURA 11/07/2016
TOTAL A PAGAR (R\$) 58,98

| Nº DA NOTA FISCAL | SÉRIE | EMIÇÃO |
|-------------------|---------------|------------------|
| 000517182 | ÚNICA | 09/09/2016 |
| APRESENTAÇÃO | Nº DO CLIENTE | Nº DA INSTALAÇÃO |
| 09/09/2016 | 3000799255 | 1164668 |

Consumo Ativo (kWh)
Contribuição Iluminação Pública
Multa por atraso-NF 000499635 - 10/03/16
Juros por atraso-NF 000499635 - 10/03/16

| DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL | QUANTIDADE | PREÇO (R\$) | VALOR (R\$) |
|------------------------------------------|------------|-------------|-------------|
| Consumo Ativo (kWh) | 98,0000000 | 0,53311415 | 51,17 |
| Contribuição Iluminação Pública | | | 5,83 |
| Multa por atraso-NF 000499635 - 10/03/16 | | | 0,98 |
| Juros por atraso-NF 000499635 - 10/03/16 | | | 0,98 |
| | | | 58,98 |

| TOTAL DA FATURA | | | | | | | | | |
|--------------------------------------------|----------------|------------|----------|---------|------------|----------|---------|------------|---------------|
| DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL | | | | | | | | | |
| Nº DO MEDIDOR | TIPO DA FUNÇÃO | DATA | ANTERIOR | LEITURA | DATA | ATUAL | LEITURA | Nº DE DIAS | CONSUMO (kWh) |
| 60314470 | CAT | 10/05/2016 | 8.701,00 | | 09/06/2016 | 8.787,00 | | 30 | 86,00 |

| HISTÓRICO DE CONSUMO | | INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS | | COMPOSIÇÃO DO CONSUMO | |
|----------------------|--|-------------------------|-------|-----------------------|-------|
| Mês/ano kWh | | BASE DE CÁLCULO | % | VALOR DO IMPOSTO | R\$ |
| JUN 16 98 | | ICMS | 61,17 | 18,00 | 10,41 |
| MAR 16 48 | | PIS | 51,17 | 1,08 | 1,02 |
| ABR 16 30 | | COFINS | 51,17 | 4,90 | 26,02 |
| MAR 16 92 | | | | | 12,25 |
| FEV 16 69 | | | | | 8,20 |
| JAN 16 103 | | | | | 12,25 |
| DEZ 15 30 | | | | | 12,25 |
| NOV 15 30 | | | | | 12,25 |
| OUT 15 30 | | | | | 12,25 |
| SET 15 30 | | | | | 12,25 |
| AGO 15 30 | | | | | 12,25 |
| JUL 15 30 | | | | | 12,25 |
| JUN 15 30 | | | | | 12,25 |
| | | | | TARIFAS APLICADAS | |
| | | | | 0,40538000 | |

INFORMAÇÕES IMPORTANTES
O pagamento desta Nota Fiscal Fatura deve ser feito somente em espécie. Na data da leitura e faturamento em vigor é a Verde Mais. Informações em verde mais gov.br. Pagamento em atraso gera multa 2% (Lei 41.404/03) e juros 1% a.m. (Lei 10.438-26/04/02), no período de 30 dias. O cliente é responsável quando há violação na contabilidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. O cliente é responsável quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial. Em caso de suspensão de fornecimento, o encerramento do contrato poderá ocorrer após 2 ciclos de faturamento, podendo também ser cobrado o custo de disponibilidade no ciclo em que ocorrer a suspensão.

| ATENÇÃO: A COSER INFORMA QUE NÃO POSSUI CONTAS EM ABERTO | | | | | NÍVEL DE TENSÃO | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|---------------|-------------------|--------------|--------------------|------------------------|
| Comunicamos o não pagamento da(s) conta(s) de energia elétrica(s). | | | | | TENSÃO NOMINAL (V) | LÍMITE DE VARIAÇÃO (V) |
| Vencido 10/05/16 | Diretório 04/05/16 | Valor 23,13 | Vencido | Diretório | 220 | 202 231 |
| Em caso de não pagamento do débito, o fornecimento de energia poderá ser suspenso, sem aviso prévio. Ocorrer sua inclusão em registros de restrição de crédito. A COSER, com a segurança nacional. Este comunicado não substitui o envio de cobranças e multas bem como não abrange dívidas em discussão judicial que poderão ser cobradas após o fim do processo judicial. | | | | | | |
| DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES | | | | | | |
| CONSUMO | VALOR APLICADO | LÍMITE MENSAL | LÍMITE TRIMESTRAL | LÍMITE ANUAL | | |
| PASSAGEM ÁREA | 0,00 | 5,43 | 10,86 | 21,73 | | |
| DNC | 0,00 | 3,30 | 6,60 | 13,20 | | |
| PIC | 0,00 | 3,31 | 6,60 | 0,00 | | |
| DNC | 0,00 | | | | | |

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SEGUNDO OFÍCIO DE NOTAS

AIRENE JOSÉ AMARAL DE PAIVA

Tabelião Público

NAILDO DE PAIVA OLIVEIRA

Substituto

Av. Brigadeiro Souto nº 10 - CEP 59.140-610
Boa Esperança, PARNAMIRIM-RN

LIVRO: 177

Folha: 37/38

TRASLADO: 1

Protocolo: 11200

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZEM: ANTONIA ROCHA FREIRE MARTINS
em favor de DANIELLY FREIRE MARTINS MOURA na forma abaixo: protocolo nº
11200

outorgante: Sra. ANTONIA ROCHA FREIRE MARTINS, Brasileira, casada,
do lar, portadora da carteira de identidade nº 1.674.890 SSP/RN expedido
em 07/03/1996 e inscrita no CPF/MF sob o nº 060.982.224-10, residente e
domiciliada na rua Lindalva Santiago 1636, no bairro de Santos Reis, na
cidade de Parnamirim-RN; SAIBAM quantos este público instrumento de
procuração bastante virem, na data de 11 de novembro de 2016 nesta cidade e
comarca de Parnamirim, Estado do Rio Grande do Norte, perante mim, Tabelião
Público, compareceu como outorgante a pessoa acima qualificada, capaz,
reconhecida e identificada como próprio por mim Tabelião Público, pelos documentos
apresentados, do que dou fé. E, pelo mesmo me foi dito, que por este público
instrumento e na melhor forma de direito nomeia e constitui sua bastante
procuradora Sra. DANIELLY FREIRE MARTINS MOURA, Brasileira, solteira,
maior, vendedora, portadora da carteira de identidade nº 002.939.138
ITEP/RN expedido em 09/01/2012 e inscrita no CPF/MF sob o nº
089.623.004-00, residente e domiciliada no mesmo endereço; A quem
outorga amplos, gerais e ilimitados poderes para representar a outorgante junto a
qualquer repartição pública federal, estadual e municipal, Receita Federal, Correios,
INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL, podendo requerer e receber
benefício, auxílio doença, ordens de pagamento, e demais vantagens em nome do
outorgante, representá-la em qualquer seguradora vigente neste país, e em
qualquer seguradora deste país, podendo abrir conta bancária e movimentá-la em
qualquer estabelecimento bancário do Sistema Financeiro Nacional com a finalidade
única de requerer e receber a indenização do Seguro DPVAT, bem como assinar
autorização de pagamento e crédito de indenização de sinistro referente à
indenização de acidente automobilístico, e, ainda, os poderes para confessar,
transigir, firmar compromisso ou acordos, receber e dar quitação, endossar e sacar
de forma legal cheques nominativos ou outorgante exclusivamente referente a
presente indenização, devendo assinar recibos e tudo o mais que for preciso,
representá-lo ainda, junto aos hospitais que lhe prestou atendimento, e ali assinar
requerimentos, prontuários, protocolos, guias de internamento, recibos, passar
informações, assinar todos e quaisquer documentos em nome dele outorgante,
acima qualificado, bem como praticar todo e qualquer outro ato legal necessário ao
cumprimento do presente mandato, podendo ainda, substabelecer esta a outrem
com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom firme e valioso. A rogo, Sr.
ARINILDO AMARAL DE PAIVA, Brasileiro, divorciado, corretor de
imóveis, portador da carteira de identidade nº 1158888 SSP/RN e inscrito
no CPF/MF sob o nº 761.355.784-72, residente e domiciliado na Rua

35870



Av. Brigadeiro Souto, 10, Boa Esperança-CEP: 59140-590 - Parnamirim - RN

2º SEGUNDO OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃO: AIRENE JOSÉ AMARAL DE PAIVA

Original que me foi e doído dou fé

Original que me foi e doído dou fé

Parnamirim - RN, 08/12/2016

Fm test: minha

da outorgada. Encl DE 224

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

DATA DE EXPEDIÇÃO 14/11/2005

REGISTRO GERAL Nº 002.935.138

NOME DANIELLY FREIRE MARTINS

FLUXO DANILAO MARTINS PEREIRA

ANTONIA RICHEA FREIRE

NATURALIDADE PARANATINA RN

DOC. ORIGIN. CERT. DE NASCIMENTO L-9-31 F-194 RS-18466

CPF PARANATINA RN-2 CARTÃO

1a. VIA

FABIO DE OLIVEIRA VENTURATO

ASSISTENTE SOCIAL

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

DATA DE NASCIMENTO 07/10/1990

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TECNICO CIENTIFICO DE POLICIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICACAO

POLEGAR DIREITO

Assinatura do titular

Danielly Freire Martins

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA EXTERNA

PORTARIA DA EXTERNA

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

089.623.004-00

Nome

DANIELLY FREIRE MARTINS

Nascimento

CARTÃO NACIONAL DE SAU

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

20663492135 0007 1

DANIELLY FREIRE MARTINS

06/10/1990



Sistema
Único de
Saúde

Ministério
da
Saúde

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

HOSPITAL REGIONAL DEOCLECIO MARQUES DE LUCENA - CNES 3515168
PARNAMIRIM - RN

VISTO
NHVE/HRDM

BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA Nº CAPTAÇÃO DE DADOS DADOS CAPTADOS PARA BPA C (CONSOLIDADO) GEZIA

27 - BUCO

MATRÍCULA

DATA

02/10/2016

HORA

20:39

PROVEDOR RESPONSÁVEL (PSA)

DADOS DO PACIENTE

MASCULINO

FEMININO

PACIENTE

ANTONIA ROCHA FREIRE MARTINS

NACIONALIDADE

BRASILEIRA

ESCOLARIDADE

NÃO ALFABETIZADA

NOME DA MÃE

FRANCISCA ROCHA FREIRE DE PAULA

CPF

SEM DOCUMENTO

ENDEREÇO

RUA GOIAS, 29

CIDADE

SANTOS REIS

RESPONSÁVEL OU ACOMPANHANTE

ODILON ANTONIO

DATA DE NASCIMENTO

26/05/1965

ESTADO CIVIL

CASADA

RG

1674890

ORG. EXP.

ITEP

IDADE

51

PROFISSÃO

DO LAR

NOME DO PAI

MANOEL AUGUSTO DE PAULA FREIRE

UF

RN

RELIGIÃO

NÃO INFORMADA

RAÇA/COR

PARDA

TELEFONE

3091-0207

CARTÃO DO SUS

NÃO APRESENTOU

COMPLEMENTO

UF

RN

CEP

59.151-000

PARENTESCO

SOGRO

TELEFONE

3091-0207

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

FORMA DE ENCAMINHAMENTO

() Regulado () SAMU () Demanda Espontânea

QUEIXA PRINCIPAL

DOENÇAS PREEXISTENTES

MOTIVO

DESCRIMINADOR

ALERGIAS

PESO

ALTURA

SSM

FC

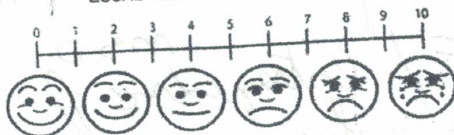
COREN

DATA

HORA

PROVEDOR RESPONSÁVEL

ESCALA DE INTENSIDADE DA DOR:



PRIORIDADE

() AZUL () VERDE () AMARELO () LARANJA () VERMELHO

ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

- ☐ SALA VERMELHA
- ☐ URGÊNCIA
- ☐ ORTOPEDIA
- ☐ CONSULTA MÉDICA
- ☐ BUCOMAXILO
- ☐ PEQUENA CIRURGIA
- ☐ ACIDENTE DE TRABALHO
- ☐ VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
- ☐ QUEDA
- ☐ OUTROS

Abertura
Ocular

Resposta
Verbal

Resposta
Motora

Esontânea
À ver
À dor
Nenhuma

Orientada
Confusa
Palavras inapropriadas
Palavras incompreensíveis
Nenhuma

Pede comandos
Localiza dor
Movimento de retirada
Flexão anormal
Extensão anormal
Nenhuma

HISTÓRIA CLÍNICA

Troca pele negra com histórico de ter na
história de atropelamento, em uma perna
história recente com o negro (a perna e
muito e muito) sem comorbidades e sem
alergias. No exame A - um cisto, porém
sem dor, duro, sem pontos de dor e pontos
de ulcerações.

EXAME FÍSICO

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA



SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL



BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA
CIRURGIA GERAL

PACIENTE ANTONIA ROCHA FREIRE MARTINS
DATA DE ENTRADA 03/10/2016 **HORA** 00:07 **Nº BAA** 209532
IDADE 51 **SEXO** F **ETNIA** Pardo
CARTÃO SUS - **ESTADO** Casado(a)
CIVIL
CPF - **RG** 1.674.890 - SSPRN
NOME DA MÃE FRANCISCA ROCHA FREIRE DE PAULA
NOME DO PAI MANOEL AUGUSTO DE PAULA FREIRE
NASCIMENTO 26/05/1965 **NATURALIDADE** Mossoró-RN
TELEFONE (84) 3091-0207 **PROFISSÃO** Do Lar
RUA/AV. Rua Goiás Nº 05 **BAIRRO** Rosa Dos Ventos
COMPLEMENTO - **CIDADE** Parnamirim-RN
CEP 59141-630 **MOTIVO** Atropelamento / Por Moto
ORIGEM Ambulância - SAMU **USUÁRIO** Wellingtongomes
ACID. DE TRABALHO Não

HISTÓRIA - CAUSA EFICIENTE DA LESÃO (ALEGADA)

Atropelamento por moto há 5 horas. Evolui com vômitos e
relaxamento. Acidente recente, difícil lembrar
concomitantes de HDs e pl. de abd. da atropel. Bst e MR

EXAME FÍSICO (PRIMÁRIO)

- A VA pulso, sem cefaleia ou ansia
B. eufórico em O2 ambiente
C. HD normal
D. glóbulos (10, 190-3; Hb=12; Hct=5) - pele normal
E. equino periorbitário à D; FC expulso.

OUTRAS OBSERVAÇÕES

Estado geral: Bom. Dorado?

FAST
ULTRASSONOGRAFIA

Realizado em 03/10/16 Hora 02:05h
C. da

T. E. M.

| HORA | PRESSÃO ARTERIAL | DOR | TEMP. | FREQ. RESPIRATÓRIA | FREQ. CARDÍACA | GLASGOW | RTS-SCOR FINAL |
|------|------------------|-----|-------|--------------------|----------------|---------|----------------|
| | | | | | | | |

DIAGNÓSTICO INICIAL

Copyright © 2016 | Sistema Amazing | (84) 99613-4442

TOMOGRAFIA/HMWC

Data: 03/10/16 Hora 00:12

Técnico: Gerson/Gustavo

Exame: Crânio/bases de

Médico: Ombro

TOMOGRAFIA/HMWC

Data: 03/10/16 Hora 04:15

Técnico: Gustavo/Gerson

Exame: Ombro

Médico: G. G. NIELA

ESPECIALIZADO 2: Buit

PAZESSE: Paciente vítima de atropelamento, encaminhada do Hospital Decílio Marques de Lencina. (HDMH)

EXAME FÍSICO: Paciente fraturada e amputada pela Buit no (HDMH).

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA: fratura de feto de órbita + saída de órbita +

EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)***
após rigorosa.
TC: fraturas em
1/3 unido da face

LABORATÓRIO

OUTROS

CONDUTA PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)

- ① Exame Clínico
- ② Orientações de CCGT
- ③ encaminhada ao Serviço
- ambulatorial de Buit
- para avaliação e
- conduta.

Alta de Buit

Dr. Sérgio Roberto Pereira Trindade
 Dentista
 CRC-RN 4563

Assinatura e Carimbo do Responsável

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Assinatura e Carimbo do Responsável

DESTINO DO PACIENTE:

Nº do Boletim de Atendimento:

INTERNAMENTO NA CLÍNICA:

DATA: / / HORA:

SAÍDA:

DATA: / / HORA:

Decisão Médica ☐

À Revelia ☐

Transferido para:

ÓBITO:

DATA: / /

HORA:

Entregue à família

com Atestado ☐

S.V.O. ☐

I.T.E.P. ☐

Médico (Carimbo)

Destacar nessa linha e entregar ao paciente após a sua liber

DESTINO DO PACIENTE:

Nº do Boletim de Atendimento:

INTERNAMENTO NA CLÍNICA:

DATA: / / HORA:

SAÍDA:

DATA: / / HORA:

Decisão Médica ☐

À Revelia ☐

Transferido para:

ÓBITO:

DATA: / /

HORA:

DESTACAR

RECEITUÁRIO MÉDICO

Nome: _____

Do PSCS - HPWZ
Examinando paciente
Antônia Prata Freire
Martins, 51 anos,
vítima de atropela-
mento há ± 03 horas
trazida por seus
próprios oprimidos
edema periorbitário,
hematoma subglaucal fran-
tal, edema labial,
rouso eia. Apresentou
vômitos. Paciente
deficiente auditiva.
No exame: EGR, cons-
ciente, eupneico, hiperco-
r. TA = 150 x 90; FC = 98
FR = 20; SaO₂ = 100% em A.P.
ECG = 13 (03V476).





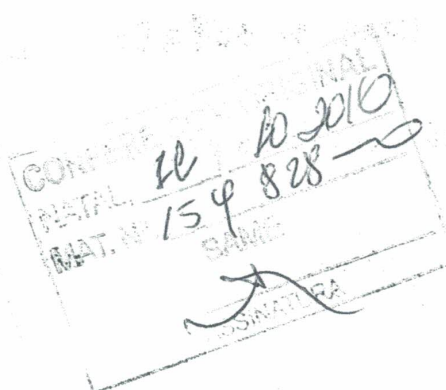
GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO
HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL
PRONTO SOCORRO DR. CLOVIS SARINHO
SETOR DE ULTRASSONOGRAFIA

Nome: ANTONIA ROCHA FREIRE MARTINS Data: 03.10.16

ULTRASSONOGRAFIA DO ABDOME (fast)

- Ausência de líquido livre na cavidade abdominal detectável pelo método.

Dr. Zankennedy Jales de Queiroz
CRM 3104





PEDIDO DE EXAME

Nome: Antônio Rêcho Freire Martins Matrícula: _____
Idade: _____ Ambulatório: _____ UTI: _____ Enfermaria: _____
Sexo: F SAU: _____ CC: _____ Leito: _____

NATUREZA DO EXAME

Rx coluna cervical AP e perfil

Rx tórax AP

INDICAÇÃO CLÍNICA

Rx cotovelo e antebraço direito

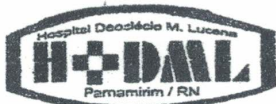
Rx braço

Requisitante: _____

CRM: _____

Daniel R. de Oliveira
Cirurgião Geral
CRM-RN 5982

Data: 02/10/16



PEDIDO DE EXAME

Nome: Antônio Martins Matrícula: _____
Idade: 51 Ambulatório: _____ UTI: _____ Enfermaria: _____
Sexo: F SAU: _____ CC: _____ Leito: _____

NATUREZA DO EXAME

Rx de face

Water's
OPN

INDICAÇÃO CLÍNICA

Requisitante: _____

CRM: _____

Roberto Pinheiro
Cirurgião Bucal - Maxilo - Facial
CRM-PB 4389

Data: 02/10/16



ALGORITMO DE SUPORTE BÁSICO DE VIDA: 1- AVALIE A RESPOSTA DA VITIMA 2- PEÇA AJUDA A OUTRA PESSOA (LIGUE 192 QUANDO ESTIVER FORA DE HOSPITAIS) E PEÇA UMA DESFIBRILADOR (DEA) 3- ABRA VIA AEREA 4- AVALIE RESPIRAÇÃO (VER, OUVIR, SENTIR) 5- SE APNEIA, APLIQUE 2 VENTILAÇÕES DE RESGATE (DISPOSITIVO BOLSA VALVA MÁSCARA) 6- AVALIE PULSO CAROTÍDEO (FEMURAL OU INGUINAL EM LACTENTES) 7- SE PULSO AUSENTE, INICIE COMPRESSIONES TORÁCIAS 100MIN (PROPORÇÃO 30:2) ATÉ A CHEGADA DO DECA 8- DECA DISPONÍVEL: ANALISE O RÍTMO 9- RÍTMO CHOÇÁVEL: APLIQUE 1 CHOQUE 360 (200 P/ DECA BIFÁSICO) E REINICIE RCP 10- RÍTMO NÃO CHOÇÁVEL: REINICIE RCP (30:2) 11- AVALIE O RÍTMO A CADA 5 CICLOS 12- PARE RCP QUANDO A EQUIPE DE SUPORTE AVANÇADA ASSUMIR, OU CASO A VÍTIMA SE MOVIMENTAR, COLOQUE-A EM POSIÇÃO DE RECUPERAÇÃO.

ATENDIMENTO ESPECIALIZADO 1:

ANAMNESE

NCR 1:00

Stuporamento por nudo, com vômitos
 Parencia e nudo nudo
 Alerta e contactuante, sem déficit motor, pupilas
 isocóricas

EXAME FÍSICO

TC de crânio sem lesões intracranianas
 Sina NCR

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA

EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)****

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

Diogo R. G. S. Mendes
 Neurologista

OUTROS

CONDUTA PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)

#0123456789
 Sina NCR 1:00
 TC de crânio sem lesões intracranianas
 Sina NCR

Obs: Parencia Sina NCR 1:00
 Dr. Virgílio Azevedo
 Ortopedista Traumatologista
 CRM-RN 6647

TC de crânio sem lesões intracranianas
 Sina NCR

Obs: Parencia Sina NCR 1:00
 Dr. Virgílio Azevedo
 Ortopedista Traumatologista
 CRM-RN 6647

Assinatura e Carimbo do Responsável

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Assinatura e Carimbo do Responsável

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

ELEMENTOS DA ESCALA DE COMA GLASGOW

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|
| Abertura Ocular (AO) | 4 |
| Olhos se abrem espontaneamente. | 4 |
| Olhos se abrem ao comando verbal. (Não confundir com o despertar de uma pessoa adormecida, se assim for marque 4, se não 3.) | 3 |
| Olhos se abrem por estímulo doloroso | 2 |
| Olhos não se abrem. | 1 |
| Melhor resposta verbal (MRV) | 5 |
| Orientado (Responde coerentemente e apropriadamente às perguntas sobre seu nome, idade, endereço, está, o porquê, a data e etc.) | 5 |
| Confuso (Responde às perguntas corretamente, mas há alguma desorientação e confusão) | 4 |
| Palavras Inapropriadas (Fala aleatória, mas sem troca conversacional.) | 3 |
| Sons Ininteligíveis. (Gemeando sem articular palavras.) | 2 |
| Ausente. | 1 |
| Melhor resposta motora (MRM) | 6 |
| Obedece a ordens verbais. (Faz coisas simples quando lhe é ordenado.) | 6 |
| Localiza estímulo doloroso. | 5 |
| Retirada inespecífica a dor. | 4 |
| Padrão f. ao a dor (Discorticação). | 3 |
| Padrão estompor à dor (Discorticação). | 2 |

"ESCALA DE TRIAGEM DO TRAUMA REVISADA - RTS

| DISCRIMINADOR | PONTUAÇÃO |
|----------------------------|--------------------------------------------------------|
| ESCALA DE COMA DE GLASGOW | 13-15 = 4 9-12 = 3 6-8 = 2 4-5 = 1 |
| FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA | 10-20 = 4 ≥20 = 3 6-9 = 2 1-5 = 1 |
| PRESSÃO ARTERIAL SISTÓLICA | >90 = 4 76-90 = 3 50-70 = 2 1-40 = 1 0 = 0 |

"Escala de Trauma Revisada (RTS): Bom índice de sobrevivência para pacientes de trauma fechado. Referência: Adaptado de Champion H.R. Sacco

CLASSIFICAÇÃO DO TCE (ATLS 2005)

03- 08- grave (necessidade de intubação imediata);
 09- 3- moderado;
 14- 15- leve

* Referência: TEASDALE G. JENNET B. Assessment of coma and impaired consciousness. A practical scale. Lancet 1974;2:81-84

** A escala proposta aplica-se a doentes conscientes e que colaboram com idade superior a 3 anos. Na Escala Qualitativa aplica-se ao doente que classifica a intensidade da sua dor de acordo com os seguintes adjetivos:

| SEM DOR | LEVE | Moderada | Intensa | Pior Possível |
|---------|------|----------|---------|---------------|
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |

O EXAME FÍSICO SECUNDÁRIO E A AVALIAÇÃO DETALHADA CRITERIOSA DO PACIENTE (DA CABEÇA AOS PÉS), VEJA, NÃO APENAS ESCUTE; OUÇA, NÃO APENAS ESCUTE; SINTA NÃO APENAS TOQUE

EXAME FÍSICO (SECUNDÁRIO)

A

B

C

D

E

A (ALERGIAS):

M (MEDICAÇÃO EM USO):

P (PATOLOGIAS E CIRURGIAS PRÉVIAS):

L (LÍQ E ALIMENTOS INGERIDOS)

A (AMBIENTE E EVENTOS DO TRAUMA):

V (PASSADO VACINAL):

EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)***

ec de crânio, coluna e
tórax
usg abd-
Dr. Heitor Araújo de Andrade
CRM/RN-8258

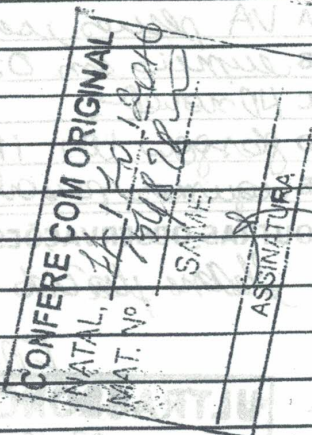
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

OUTROS

CONDUTA PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)

- FAST NEGATIVO
- ALTA DA CLÍNICA GERAL
- RECUPERAÇÃO DO HOSPITAL
- DO OUTUBRO
Dr. Heitor Araújo de Andrade
CRM/RN-8258
+ DR. VENEZIANI RANCI

ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM



Assinatura e Carimbo do Responsável

Assinatura e Carimbo do Responsável

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE

| | | |
|----------------------------------|-------------|-------------|
| ESPECIALISTA 1: <i>BMT</i> | HORA: 00:00 | DATA: 03/10 |
| ESPECIALISTA 2: <i>LR</i> | HORA: 00:00 | DATA: 03/10 |
| ESPECIALISTA 3: <i>ORTOPEDIA</i> | HORA: 00:00 | DATA: 03/10 |

Dr. Heitor Araújo de Andrade
MÉDICO
CRM/RN-8258

MÉDICO (CARIMBO)

CONDLTA MÉDICA PARA REGULAÇÃO NA REDE DE ATENÇÃO - NR

CLÍNICA MÉDICA

CLÍNICA PSIQUIÁTRICA

CLÍNICA GINECOLÓGICA

CLÍNICA DE NEFROLOGIA

CLÍNICA GERAL

CLÍNICA

CLÍNICA

CONDLTA / PRESCRIÇÃO MÉDICA

ABERTURA DE FÓRMO - CÉDULA

C - FC = 94, ST02: 100% em ambiente
 D - Gleipon (RM - S16, RU - n° por p.m.
 andas, RO - 3). E - hemostase no regno
 frontal e orbitário direito, post, tipo, por
 direito, hemostase no atoreche e 1/3 proximal
 subopaco direito

1 - TCE + trauma de face + Trauma
 Cd: Avaliação do Bmf / Entropedre^{MSD}
 Solução RX / coloco waler venoso
 Avaliação do neurocirurg no Hosp. n
 de Grangel

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

Daniel R. de Oliveira
 Cirurgião Geral
 CRM-RN 5982

RX - Trauma - st. alt. nervos
 Foi contatado com o SAMU para transferência

NADA

CÉDULA

CÉDULA / PRESCRIÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social
Polícia Civil
Delegacia Eletrônica



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Unidade Policial: 1ª DELEGACIA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
Endereço: RUA EDGAR DANTAS, 1660, SANTOS REIS, PARNAMIRIM

1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLETIM

1.1 Protocolo: J2016023007134
1.3 Tipo: ACIDENTE DE TRÂNSITO COM DANO

1.2 Data de Expedição: 01/12/2016 18.02.02
1.4 Ligou CIOSP: Não

2. DADOS DO LOCAL DO FATO

2.1 Data/Hora do Fato: 03/10/2016 00.00.00
2.3 Fato: Consumado
2.4 Meio(s) empregado(s): Outros
2.6 Tipo do local: Via Pública
2.8 Número: S/N
2.10 Complemento:

2.2 Autoria: Desconhecida
2.4 Flagrante: Não

2.7 Logradouro: BAIRRO SANTOS REIS
2.9 CEP:
2.11 Ponto de Referência:
2.13 Cidade: PARNAMIRIM

3. DADOS PESSOAIS DO COMUNICANTE (PESSOA FÍSICA)

3.1 Nome Completo: LAIZ JULIANE INACIO
3.3 Etnia: Parda
3.5 Mãe: JOANA D'ARC BRAZ INACIO
3.7 Sexo: FEMININO
3.9 CPF:

3.2 Estado civil: Sem Informação
3.4 Pai: LUIZ INACIO FILHO
3.6 Data de Nascimento: 11/09/1991
3.8 RG: 002939158 - ITEP/RN
3.10 Passaporte:
3.12 Naturalidade: NATAL - RN
3.14 E-Mail:
3.16 Logradouro: RUA GOIAS
3.18 CEP:
3.20 Cidade: PARNAMIRIM

3.11 Nacionalidade:
3.13 Profissão: ESTUDANTE
3.15 Telefone(s):
3.17 Número: 05

3.19 Bairro: R.DOS VENTOS
3.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

4. DADOS PESSOAIS DA(S) VÍTIMA(S) (NÃO FORAM INCLUÍDAS VÍTIMAS)

5. DADOS PESSOAIS DO(S) ACUSADO(S) (NÃO FORAM INCLUÍDOS ACUSADOS)

6. DADOS PESSOAIS DA(S) TESTEMUNHA(S) (NÃO FORAM INCLUÍDAS TESTEMUNHAS)

7. VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S) (NÃO FORAM INCLUÍDOS VEÍCULOS)

8. DADOS DA OCORRÊNCIA

9. DOS FATOS

9.1 Histórico
INFORMA QUE SUA MAE DE NOME ANTONIA ROCHA FREIRE MARTINS, DE RG 1.674.890 E CPF 089.623.004-0 FOI VITIMA DE ATROPELAMENTO CAUSADO POR UM VEICULO DO TIPO MOTO NAO IDENTIFICADA, NO ENDEREÇO ACIMA E QUE FOI SOCORRIDA POR TERCEIROS, TENDO SOFRIDO FRATURA NA CLAVICULA DIREITA E ESCORIAÇÕES NO COURO CABELUDO E BOCA, CONFORME BOLETIM MDE ATENDIMENTO DE URGENCIA DO HOSPITAL WALFREDO GURGEL EM NATAL DE NUMERO 209532, NADA MAIS DISSE.
9.2 Informações do CIOSP

10. COMPLEMENTOS

Data do Complemento: 01/12/2016
Usuário: 1525875 - MARCIO ALVES DE FREITAS
Complemento: INFORMO QUE A COMUNICANTE DO FATO É A PESSOA DE NOME DANIELLY FREIRE MARTINS MOURA DE RG. 002.939.138 E CPF 089.623.004-0, MORADORA DA RUA GOIAS N; 05 ROSA DOS VENTOS, PARNAMIRIM, E QUE O CPF DA VITIMA É 060.982.224-10

Data do Complemento: 01/12/2016
Usuário: 1525875 - MARCIO ALVES DE FREITAS
Complemento: QUE TAMBEM INFORMA QUE A VITIMA ANTONIA ROCHA FREIRE MARTINS PERDEU SUA CTPS.

Data do Complemento: 14/12/2016
Usuário: 1525875 - MARCIO ALVES DE FREITAS
Complemento: INFORMO QUE A DATA DO FATO É 02/10/2016

11. DECLARAÇÃO

O(s) declarante(s), sob as penas da Lei, confirmam que as informações aqui registradas são verdadeiras.
Data 01/12/2016 18.02.02

Policial

Interessado

Polegar direito

Atendimento: 1525875 - MARCIO ALVES DE FREITAS

Impresso por: 1525875 - MARCIO ALVES DE FREITAS em 14/12/2016 18:09:16

FINAL DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

J2016023007134

Protocolo: J2016023007134 - Código de autenticação: 9c9d16571dcf8891323df47790b16463

Página




GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA
SAMU 192 RN



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que se fazem necessário, que em busca no Sistema Informatizado do SAMU 192 RN foi encontrado a ocorrência nº 232617 referente ao paciente **ANTONIA ROCHA FREIRE MARTINS** 51 anos atendido pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência SAMU 192 RN, no dia 02/10/2016 em Parnamirim/RN

Natal, 17 de novembro 2016


SABRINA CAVALCANTE DE MACEDO
Coordenadora Regulação Médica do Samu 192 RN
Matricula 195846-6

SAMU 192 RN – SEDE ADMINISTRATIVA
END.: Av. Prudente de Moraes, 2410 – Barro Vermelho - Natal/RN
Sede do Comando Geral do Corpo de Bombeiros
CEP: 59.022-545 - CNPJ: 08.24.757/0001-45
TELEFONE: (081) 3333-5315 / 3333-5316 / 3333-5317 / 3333-5318



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA

FICHA DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA

| | |
|-----------------------|--------------------------------------------------------|
| FICHA DE ATENDIMENTO: | S232617 |
| DATA DA OCORRÊNCIA: | 02/10/2016 22:20:44 |
| CIDADE: | PARNAMIRIM |
| BAIRRO: | |
| PONTO DE REFERÊNCIA: | VAGA ZERO - TC E AVALIAÇÃO DO NEURO |
| LOGRADOURO: | REMOÇÃO DO DEOCLECIO MARQUES PARA HOSP CLOVIS SARINHO. |
| INTERESSADO: | DR LUIZ FELIPE |
| TELEFONE: | 987177907 |
| TIPO: | M13 |
| NATUREZA: | NEUROLOGIA |
| SUB-TIPO: | M130 |
| NATUREZA: | OUTROS |
| IMPRESSO POR: | IVAN JOSE DE ARAUJO CARDOSO |
| DATA DA IMPRESSÃO: | 17/11/2016 12:57:06 |

| DATA | HORA | TERMINAL | OPERADOR | EVENTOS |
|------------|----------|-----------|----------|----------------------------------------------------------------------------------|
| 02/10/2016 | 22:20:44 | tarm11 | 74726544 | PCT / ANTONIA DA ROCHA FREIRE MARTINS ID 51 |
| 02/10/2016 | 22:22:03 | tarm11 | 74726544 | ** Local do evento alterado de "REMOÇÃO DO DEOCLECIO MARQUES PARA HCS" to |
| 02/10/2016 | 22:22:03 | tarm11 | 74726544 | "REMOÇÃO DO DEOCLECIO MARQUES PARA HOSP CLOVIS SARINHO" at: 10/02/16 22:22:03 |
| 02/10/2016 | 22:22:03 | tarm11 | 74726544 | ** >>>> by: WANESSA GUSTAVO DO NASCIMENTO FONSECA on terminal: tarm11 |
| 02/10/2016 | 22:22:15 | tarm11 | 74726544 | |
| 02/10/2016 | 22:22:17 | enfersamu | 47714234 | VITIMA DE ATROPELAMENTO HA 02 HORAS-TRAZIDA POR MEIOS PROPRIOS |
| 02/10/2016 | 22:22:23 | enfersamu | 47714234 | SEM COMORBIDADES |
| 02/10/2016 | 22:22:44 | enfersamu | 47714234 | DEU ENTRADA CONSCIENTE, POREM COM HEMATOMA PERIORBITARIO A D |
| 02/10/2016 | 22:22:51 | enfersamu | 47714234 | EDEMA LABIAL IMPORTANTE |
| 02/10/2016 | 22:22:55 | enfersamu | 47714234 | VOMITOS |
| 02/10/2016 | 22:23:07 | enfersamu | 47714234 | SURDA-MUDA |
| 02/10/2016 | 22:23:21 | enfersamu | 47714234 | HEMATOMA SUB GALEAL FRONTAL |
| 02/10/2016 | 22:23:48 | enfersamu | 47714234 | FRATURA DE GLENOIDE A DIREITA-JA AVALIADA PELA ORTOPEDIA |
| 02/10/2016 | 22:24:01 | enfersamu | 47714234 | PA.: 150X90/FC 98/R 20/SAT 100 EM AA |
| 02/10/2016 | 22:24:26 | enfersamu | 47714234 | GLASGOW /RO 03/RV 04/RM 06 |
| 02/10/2016 | 22:24:33 | enfersamu | 47714234 | GLASGOW DE 13 |
| 02/10/2016 | 22:24:40 | enfersamu | 47714234 | SONOLENTA |
| 02/10/2016 | 22:24:51 | enfersamu | 47714234 | TCE MODERADO |
| 02/10/2016 | 22:26:16 | enfersamu | 47714234 | LIBERO USB COD 3-PARA AVALIAÇÃO NEUROLOGICA |
| 02/10/2016 | 22:29:01 | despsamu1 | 52412064 | VIATURA USB48 DESPACHADA - Comandante da VTR: (CIODS CIODS) |
| 02/10/2016 | 22:32:50 | coordsamu | 69290544 | ENFA CAMILA - REGULADO COM DR PAULO DO POLITRAUMA DO CLOVIS |
| 02/10/2016 | 22:56:36 | despsamu2 | 56330184 | VIATURA USB48 EM ROTA |
| 02/10/2016 | 23:00:16 | enfersamu | 47714234 | ** Tipo do evento alterado de M01 para M13(M130) às 02/10/16 23:00:16 |
| 02/10/2016 | 23:00:16 | enfersamu | 47714234 | ** Event Priority changed from 4 to 1 at: 10/02/16 23:00:16 |
| 02/10/2016 | 23:00:16 | enfersamu | 47714234 | ** >>>> by: THAISA GEOVANINE DE CARVALHO on terminal: enfersamu |
| 02/10/2016 | 23:00:16 | enfersamu | 47714234 | ** >>>> by: THAISA GEOVANINE DE CARVALHO on terminal: enfersamu |
| 02/10/2016 | 23:25:50 | enfersamu | 47714234 | |
| 02/10/2016 | 23:26:07 | enfersamu | 47714234 | QRA ANTONIA ROCHA FEIRE MARTINS 51 ANOS |
| 02/10/2016 | 23:26:21 | enfersamu | 47714234 | VITIMA DE ATROPELAMENTO HA 03 HORAS |
| 02/10/2016 | 23:26:33 | enfersamu | 47714234 | TRAZIDO POR FAMILIARES |
| 02/10/2016 | 23:26:55 | enfersamu | 47714234 | EDEMA EM PERIORBITARIO A ESQUERDA+EDEMA EM REGIAO FRONTAL DA CABEÇA+EDEMA LABIAL |
| 02/10/2016 | 23:27:11 | enfersamu | 47714234 | FEITO SUTURA EM LABIO SUPERIOR |
| 02/10/2016 | 23:27:16 | enfersamu | 47714234 | SONOLENTA |

Assinado eletronicamente por Silveira

| | | | | |
|------------|----------|-----------|----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 02/10/2016 | 23:27:20 | enfersamu | 47714234 | VOMITOS |
| 02/10/2016 | 23:27:26 | enfersamu | 47714234 | DEF AUDITIVA |
| 02/10/2016 | 23:27:43 | enfersamu | 47714234 | PA-120X80 FC 100 FR 20 SAT 100 EM AA |
| 02/10/2016 | 23:27:50 | despsamu2 | 56330184 | VIATURA USB48 CHEGOU AO LOCAL |
| 02/10/2016 | 23:27:50 | enfersamu | 47714234 | GLASGOW DE 13 |
| 02/10/2016 | 23:28:21 | enfersamu | 47714234 | CONDUTA:SEGUIR NO QTI DO CLOVIS |
| 03/10/2016 | 00:29:28 | despsamu2 | 56330184 | VIATURA USB48 FINALIZOU A OCORRÊNCIA COMO (HSP) [ENCAMINHADO HOSPITAL] COMENTÁRIO ADICIONAL: SEM COMENTÁRIO |

Sabrina Cavalcante de Macedo

SABRINA CAVALCANTE DE MACEDO
COORDENADORA DE REGULAÇÃO MÉDICA



Seguradora

LÍDER

Administradora do Seguro DPVAT

(/)

Buscar no site

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3170021113 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ANTONIA ROCHA FREIRE MARTINS

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RECEPTORA DO SINISTRO ARUANA SEGUROS S/A

BENEFICIÁRIO ANTONIA ROCHA FREIRE MARTINS

CPF/CNPJ: 06098222410

Posição em 18-04-2017 00:36:25

Pagamento creditado ao beneficiário de acordo com os dados informados na autorização de pagamento.

| Data do Pagamento | Valor da Indenizacao | Juros e Correção | Valor Total |
|-------------------|----------------------|------------------|--------------|
| 23/02/2017 | R\$ 5.737,50 | R\$ 0,00 | R\$ 5.737,50 |

18/04/201

PROCURAÇÃO E CONTRATO DE HONORÁRIOS

Outorgante: ANTONIA ROCHA FREIRE MARTINS, Brasileira, Casada, Do Lar,
RG; 1674890 e CPF; 060.982.224-10, residente e domiciliada na Rua, Sinedino Xavier
de Oliveira, nº 53, Ap, 06, Condomínio Residencial Odilon Pereira, Rosa dos Ventos,
Parnamirim- RN, Cep, 59141-620

Outorgado: /Poderes: Kioma Erik dos Santos Guilherme, advogado, inscrito na OAB-
RN sob o nº 14.340, com escritório na Av. Tenente Cordeiro, nº 431, Boa Esperança,
Parnamirim-RN, CEP 59.140-610, Tels. (84) 3272-0721, (84) 99476-6818, E-mail; kioma-
guilherme@hotmail.com; outorgando-lhes poderes amplos, limpos e ilimitados, para em
conjunto ou separado, no foro em geral, perante a qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, propor
em quaisquer medidas preliminares preventivas ou assecuratórias dos nossos direitos e
interesses, usando para tanto os poderes da cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA" e mais os
especiais para transpor(em) compromissos, fazer acordo, receber EM MOEDA, DEPOSITO EM
CONTA, CHEQUE OU ALVARÁ, dar quitação, endossar cheques, representarmos juntos as
repartições públicas, Estaduais, Municipais, Federais, Autarquias e sociedades de economia
Mista, praticando todos os atos de representação e defesa extrajudiciais, perante quaisquer
pessoas físicas em geral, e, finalmente, praticar (em) todos os atos que se tornem mister para
o fiel e completo desempenho deste mandato, inclusive interpor (em) total e parcialmente, com
ou sem reservas de poderes, o que tudo darei (ermos) por bom, firme e valioso.

HONORÁRIOS: Em remuneração aos serviços profissionais supra referidos, pagarei aos
advogados outorgados, ou a quem legalmente os substituir, quantia equivalente a 30% (trinta e
por cento), sendo devido somente no caso de procedência da ação ou realização de acordo
judicial ou extrajudicial, ficando desde logo autorizada a retenção na ocasião do pagamento em
favor do causídico contratado. Art. 22, Parágrafo 4º da Lei 8.906/94), ficando ainda, esclarecido
ser devido independentemente da condenação em honorários de sucumbência, que pertencem
exclusivamente ao advogado contratado. Fica acertado entre as partes que em caso de
desistência por parte do autor(a) da demanda judicial o mesmo pagará a este patrono o valor
de 3 mil reais a título de honorários advocatícios.

DECLARAÇÃO DE POBREZA: declaro, firmado sob as penas das Leis 1060/50, que se
encontra em estado de pobreza legal, não podendo arcar com as custas e demais despesas da
presente demanda sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

FINALIDADE: Ação de Cobrança de Seguro DPVAT.

Parnamirim-RN, 10 de Abril de 2017.

Antônia Rocha Freire Martins

OUTORGANTE

DECLARAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL

Processo nº 0815718-14.2017.8.20.5001

Classe: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

Parte Autora: ANTONIA ROCHA FREIRE MARTINS

Parte Ré: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

DESPACHO

Consoante preconiza o Enunciado n.º 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”.

Considerando que nas ações de cobrança de DPVAT dificilmente ocorre acordo antes de realizada a perícia, a audiência de conciliação deverá ser precedida de perícia médica para avaliar se o autor tem invalidez permanente, em que parte do corpo e o grau de invalidez.

Diante de tais argumentos, amparada no art. 139, VI do CPC/15, entendo que a audiência deverá ser precedida de perícia médica, que deverá ser produzida como produção antecipada de prova.

Ressalte-se que conforme artigo 381, II, a produção antecipada de prova será admitida nos casos em que a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito. É exatamente o que ocorre em casos de DPVAT, em que a solução consensual depende de perícia médica.

Encaminhem-se os autos ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para realização de perícia médica e audiência de conciliação, conjuntamente, em data a ser marcada pelo CEJUSC, que providenciará a intimação do autor para comparecer à perícia e à audiência de conciliação e, querendo, formular quesitos e indicar assistente técnico no prazo de 15 dias a contar da intimação, bem como que seja citado o réu para comparecer à audiência de conciliação, acompanhar a perícia, apresentar assistente e quesitos, e, não havendo acordo em audiência, contestar no prazo de 15 dias a contar da data da audiência de conciliação, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, oportunidade em que deverá se manifestar sobre o laudo pericial.

Não havendo acordo, após o prazo de contestação, intime-se a parte autora para apresentar réplica à contestação e se pronunciar acerca do laudo pericial.

Em seguida, tragam-me conclusos para sentença.

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

Intime-se a parte autora por seu advogado, através do sistema PJe. Após, remetam-se os autos ao CEJUSC através do respectivo fluxo.

Natal, 24 de abril de 2017.

DIVONE MARIA PINHEIRO

Juíza de Direito da 17ª Vara Cível

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL

Processo nº 0815718-14.2017.8.20.5001

Classe: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

Parte Autora: ANTONIA ROCHA FREIRE MARTINS

Parte Ré: RÉU: MAPFRE SEGUROS

CERTIDÃO DE REDISTRIBUIÇÃO E REMESSA DE AUTOS

CERTIFICO e dou fé, nesta data, que em cumprimento à Resolução nº 35-TJ, de 06 de setembro de 2017, do Tribunal de Justiça do RN e ao art. 1º da Portaria Conjunta nº 58/2017-TJ, de 07 de dezembro de 2017, da Presidência e da Corregedoria do Tribunal de Justiça do RN, faço, procedo à REDISTRIBUIÇÃO e à REMESSA dos presentes autos a uma das Varas Cíveis competentes (19ª, 20ª, 23ª e 24ª) que tratem de matéria relacionada ao DPVAT.

Natal, 2 de abril de 2018.

TEOLINDA MARIA AZEVEDO DANTAS

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

25ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL

Rua Doutor Lauro Pinto, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250, Telefone: (84) 36169695

PROCESSO N. 0815718-14.2017.8.20.5001

AÇÃO DEPROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

AUTOR: ANTONIA ROCHA FREIRE MARTINS

RÉU: MAPFRE SEGUROS

DESPACHO

Defiro o pedido de justiça gratuita.

Nas ações de cobrança de DPVAT, dificilmente ocorre acordo antes de realizada a perícia, a audiência de conciliação pode ser postergada para momento posterior ao da perícia, fazendo-se adaptações no procedimento que conduzam à máxima efetividade dos atos processuais e à maior celeridade do processo.

Assim, deixo de marcar audiência prévia de conciliação.

CITE-SE a parte demandada para, querendo, responder a ação, no prazo legal (art. 335, do CPC).

Se na contestação forem elencadas as preliminares traçadas no art. 337, do CPC ou matéria extintiva ou modificativa do direito do autor, **INTIME-SE** a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica (art. 350, CPC).

Se a parte demandada, na contestação, não alegar matéria preliminar, mas juntar novos documentos aos autos, **INTIME-SE** a parte autora para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º, do CPC).

Tendo em vista a necessidade de realização de perícia médica capaz de atestar o grau do suposto dano sofrido pela parte autora, fica nomeado(a) o(a) Dr(a). MICHEL FREIRE DE ARAÚJO - **CRM/RN 4423**, CPF/MF: 027.804.854-42, médico(a) ortopedista para funcionar como perito(a).

Apraze a Secretaria data para realização de perícia médica, podendo as partes apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos, caso já não o tenham feito.

Designada a perícia, intime-se a seguradora para que realize o depósito dos honorários periciais, em quinze dias, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), fixado pelo Convênio nº 01/2013.

Com a entrega do laudo, expeça-se alvará para levantamento dos honorários periciais.

Ato contínuo, intemem-se as partes para se pronunciarem sobre o laudo, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, façam-me os autos conclusos para sentença.

P.I.Cumpra-se.

NATAL/RN, 6 de novembro de 2018

ROBERTO FRANCISCO GUEDES LIMA

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

25ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL - DPVAT

AC Fórum Seabra Fagundes, Rua Doutor Lauro Pinto 315, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972

CARTA DE CITAÇÃO

Documento n. 0815718-14.2017.8.20.5001-001

À MAPFRE SEGUROS

Rua Jaguarari, 1865, Lagoa Nova, NATAL/RN - CEP: 59054-500

Processo n. 0815718-14.2017.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: ANTONIA ROCHA FREIRE MARTINS

RÉU: MAPFRE SEGUROS

Prezado(a) Senhor(a),

Pela presente, extraída dos autos do processo em referência, fica Vossa Senhoria **CITADA**, para, querendo, contestar a presente ação, **no prazo de 15 (quinze) dias**, sob pena de, não o fazendo, ser considerada revel, presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Tudo de conformidade com a petição inicial, despacho a seguir transcrito e demais peças processuais relacionadas nas chaves de acesso infraidentificadas:

Despacho: Defiro o pedido de justiça gratuita. Nas ações de cobrança de DPVAT, dificilmente ocorre acordo antes de realizada a perícia, a audiência de conciliação pode ser postergada para momento posterior ao da perícia, fazendo-se adaptações no procedimento que conduzam à máxima efetividade dos atos processuais e à maior celeridade do processo. Assim, deixo de marcar audiência prévia de conciliação. CITE-SE a parte demandada para, querendo, responder a ação, no prazo legal (art. 335, do CPC). Se na contestação forem elencadas as preliminares traçadas no art. 337, do CPC ou matéria extintiva ou modificativa do direito do autor, INTIME-SE a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica (art. 350, CPC). Se a parte demandada, na contestação, não alegar matéria preliminar, mas juntar novos documentos aos autos, INTIME-SE a parte autora para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º, do CPC). Tendo em vista a necessidade de realização de perícia médica capaz de atestar o grau do suposto dano sofrido pela parte autora, fica nomeado(a) o(a) Dr(a). MICHEL FREIRE DE ARAÚJO - CRM/RN 4423, CPF/MF: 027.804.854-42, médico(a) ortopedista para funcionar como perito(a). Apraze a Secretaria data para realização de perícia médica, podendo as partes apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos, caso já não o tenham feito. Designada a perícia, intime-se a seguradora para que realize o depósito dos honorários periciais, em quinze dias, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), fixado pelo Convênio nº 01/2013. Com a entrega do laudo, expeça-se alvará para levantamento dos honorários periciais. Ato contínuo, intemem-se as partes para se pronunciarem sobre o laudo, no prazo comum de 15 (quinze) dias. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, façam-me os autos conclusos para sentença. P.I.Cumpra-se. NATAL/RN, 6 de novembro de 2018 ROBERTO FRANCISCO GUEDES LIMA Juiz de Direito (documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)

ADVERTÊNCIAS: Art. 344 do CPC. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. (Código de Processo Civil – Lei n. 13.105/2015). Em caso de oferecimento de

contestação (defesa), esta deverá ser feita por escrito e através de Advogado legalmente constituído, na forma do art. 103 do Código de Processo Civil.

OBSERVAÇÕES:

1. A petição inicial e demais peças processuais poderão ser visualizadas/acessadas pelo(a) citando(a) através do sítio do Tribunal de Justiça, na internet, no endereço eletrônico <https://pje.tjrn.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, bastando que, para tanto, seja(m) digitado(s) no campo "Consulta Documentos Processo" as chaves de acesso constante(s) na tabela abaixo, sendo considerada vista pessoal para todos os efeitos legais que desobriga a anexação de quaisquer documentos à presente carta (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006 - Lei de Informatização do Processo Judicial);

Documentos associados ao processo

| Título | Tipo | Chave de acesso** |
|-----------------------------------|-----------------------------|-------------------------------|
| Petição Inicial | Petição Inicial | 17041916283808600000009580815 |
| Docs Pessoais e de sua Ortogada | Documento de Identificação | 17041916040637900000009580869 |
| Docs Medicos | Outros documentos | 17041916060992300000009580946 |
| Docs Medicos (Versos) pag 1,2 e 3 | Outros documentos | 17041916065340400000009580969 |
| Boletim de Ocorrência | Outros documentos | 17041916172548700000009581298 |
| Declaração da SAMU | Outros documentos | 17041916181104100000009581327 |
| PRÉVIO REQUE ADM | Requerimento Administrativo | 17041916211008100000009581420 |
| Procuração | Procuração | 17041916270530800000009581629 |
| Despacho | Despacho | 17042710060102300000009621826 |
| Certidão | Certidão | 18040219065879300000023253655 |
| Despacho | Despacho | 1811061300593550000033071634 |

3. Ressalte-se que este processo tramita em meio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a juntada de quaisquer documentos por meio físico;
4. É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".

Natal/RN, 23 de janeiro de 2019

ROBERTINE BERTINO DE FREITAS RODRIGUES

Chefe de Secretaria

Subscrito por ordem do Juiz, nos termos do art. 250, VI, do CPC

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

25ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL

Rua Doutor Lauro Pinto, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250, Telefone: (84) 36169695

PROCESSO N. 0815718-14.2017.8.20.5001

AÇÃO DEPROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

AUTOR: ANTONIA ROCHA FREIRE MARTINS

RÉU: MAPFRE SEGUROS

DESPACHO

Defiro o pedido de justiça gratuita.

Nas ações de cobrança de DPVAT, dificilmente ocorre acordo antes de realizada a perícia, a audiência de conciliação pode ser postergada para momento posterior ao da perícia, fazendo-se adaptações no procedimento que conduzam à máxima efetividade dos atos processuais e à maior celeridade do processo.

Assim, deixo de marcar audiência prévia de conciliação.

CITE-SE a parte demandada para, querendo, responder a ação, no prazo legal (art. 335, do CPC).

Se na contestação forem elencadas as preliminares traçadas no art. 337, do CPC ou matéria extintiva ou modificativa do direito do autor, **INTIME-SE** a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica (art. 350, CPC).

Se a parte demandada, na contestação, não alegar matéria preliminar, mas juntar novos documentos aos autos, **INTIME-SE** a parte autora para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º, do CPC).

Tendo em vista a necessidade de realização de perícia médica capaz de atestar o grau do suposto dano sofrido pela parte autora, fica nomeado(a) o(a) Dr(a). MICHEL FREIRE DE ARAÚJO - **CRM/RN 4423**, CPF/MF: 027.804.854-42, médico(a) ortopedista para funcionar como perito(a).

Apraze a Secretaria data para realização de perícia médica, podendo as partes apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos, caso já não o tenham feito.

Designada a perícia, intime-se a seguradora para que realize o depósito dos honorários periciais, em quinze dias, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), fixado pelo Convênio nº 01/2013.

Com a entrega do laudo, expeça-se alvará para levantamento dos honorários periciais.

Ato contínuo, intemem-se as partes para se pronunciarem sobre o laudo, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, façam-me os autos conclusos para sentença.

P.I.Cumpra-se.

NATAL/RN, 6 de novembro de 2018

ROBERTO FRANCISCO GUEDES LIMA

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

| Correios | | SIGEP | | CONTRATO 9912263131 | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|-----------------------------------------------------------------------------------------|--|-----------------------------------------------------|--|
| DESTINATÁRIO: MAPFRE SEGUROS Rua Jaguarari, 1865 Lagoa Nova 59054500 Natal-RN | | AVISO DE RECEBIMENTO 24 JAN 2019 | | CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA 28 JAN 2019 | |
| REMETENTE: 25ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO: Rua Doutor Lauro Pinto, 315 7º Andar Lagoa Nova 59064250 Natal-RN | | TENTATIVAS DE ENTREGA: 1º / / : h 2º / / : h 3º / / : h | | RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO 86280260 | |
| MOTIVO DE DEVOLUÇÃO: 1 Mudou-se 2 Endereço Insuficiente 3 Não Existe o Número 4 Desconhecido 9 Outros | | MOTIVO DE DEVOLUÇÃO: 5 Recusado 6 Não Procurado 7 Ausente 8 Falecido | | | |
| OBSERVAÇÃO 0815718-14.2017.8.203.5001-001 | | DATA DE ENTREGA 28/01/19 | | | |
| ASSINATURA DO RECEBEDOR X <i>Claudia Rayane P. de Paiva</i> | | Nº DOC DE IDENTIDADE 002.634.174 | | | |

Cole aqui



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

25ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL - DPVAT

Rua Dr. Lauro Pinto, 315, Fórum Seabra Fagundes, 7º And., Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972, Telefone: (84) 36169695

CARTA DE INTIMAÇÃO - PERÍCIA DPVAT

Documento n. 0815718-14.2017.8.20.5001-002

À MAPFRE SEGUROS

Rua Jaguarari, 1865, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59025-500

Referência:

Processo n. 0815718-14.2017.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: ANTONIA ROCHA FREIRE MARTINS

RÉU: MAPFRE SEGUROS

Prezado(a) Senhor(a),

Pela presente, extraída dos autos do processo em referência, fica Vossa Senhoria **INTIMADA** para comparecer **no dia 26/03/2019, a partir das 08h00min até às 11h00min**, à Sala de Audiências da 25ª Vara Cível da Comarca de Natal - DPVAT, localizada no 7º Andar do Fórum Desembargador Miguel Seabra Fagundes, situado na Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-972, a fim acompanhar o exame médico pericial ao qual a parte autora será submetida, **que se realizará por ordem de chegada.**

NATAL/RN, 19 de fevereiro de 2019

ROBERTINE BERTINO DE FREITAS RODRIGUES

Chefe de Secretaria

Subscrito por ordem do Juiz, nos termos do art. 250, VI, do CPC
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

25ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL - DPVAT

Rua Dr. Lauro Pinto, 315, Fórum Seabra Fagundes, 7º And., Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972, Telefone: (84) 36169695

CARTA DE INTIMAÇÃO - PERÍCIA DPVAT

Documento n. 0815718-14.2017.8.20.5001-003

À Sra. ANTÔNIA ROCHA FREIRE MARTINS

Rua Sinedino Xavier de Oliveira, 53, Apto. 06, Cond. Res. Odilon Pereira, Rosa dos Ventos, PARNAMIRIM/RN, CEP: 59141-620

Referência:

Processo n. 0815718-14.2017.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: ANTONIA ROCHA FREIRE MARTINS

RÉU: MAPFRE SEGUROS

Prezado(a) Senhor(a),

Pela presente, extraída dos autos do processo em referência, fica Vossa Senhoria INTIMADA para comparecer **no dia 26/03/2019, a partir das 08h00min até às 11h00min, munida dos seus documentos pessoais, além de todos os exames, laudos e demais documentos relativos ao acidente,** à Sala de Audiências da 25ª Vara Cível da Comarca de Natal - DPVAT, localizada no 7º Andar do Fórum Desembargador Miguel Seabra Fagundes, situado na Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-972, a fim de se submeter a exame médico pericial, **que se realizará por ordem de chegada.**

NATAL/RN, 19 de fevereiro de 2019

ROBERTINE BERTINO DE FREITAS RODRIGUES

Chefe de Secretaria

Subscrito por ordem do Juiz, nos termos do art. 250, VI, do CPC
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
25ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL - DPVAT

Rua Dr. Lauro Pinto, 315, Fórum Seabra Fagundes, 7º And., Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972, Telefone: (84) 36169695

Processo n.: 0815718-14.2017.8.20.5001
Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)
AUTOR: ANTONIA ROCHA FREIRE MARTINS
RÉU: MAPFRE SEGUROS

ATO ORDINATÓRIO

Com permissão do art. 203, § 4º, do Código de Processo Civil, e das disposições do art. 4º do Provimento nº 10, de 04/07/2005, da Corregedoria de Justiça do RN, INTIMO a parte autora, por seu advogado, para comparecer à Sala de Audiências desta 25ª Vara Cível, **no dia 26/03/2019, a partir das 08h00min até às 11h00min**, munida dos exames e demais documentos relativos à época do acidente, a fim de se submeter a exame médico pericial, **que se realizará por ordem de chegada.**

NATAL, 19 de fevereiro de 2019

ROBERTINE BERTINO DE FREITAS RODRIGUES
Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

| | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| AR-FMSE Proc. n. 0815718-14.2017.8.20.5001 | | 9912263131-DR/RN | |
| DESTINATÁRIO ANTÔNIA ROCHA FREIRE MARTINS Rua Sinedino Xavier de Oliveira, 53, Apto. 06, Cond. Res. Odilon Pereira, Rosa dos Ventos CEP 59141-620, Pamamirim/RN | | | |
| | | | |
| REMETENTE Secretaria da 25ª Vara Cível Rua Dr. Lauro Pinto, 315, 7º Andar, Lagoa Nova CEP 59064-250, Natal/RN | | | |
| JR647444017BR | | | |
| REGISTRADO URGENTE REGISTERED PRIORITY | | | |
| Correios AR <input type="checkbox"/> MP <input type="checkbox"/> PESO / WEIGHT (kg) | | | |
| JR 64744401 7 BR | | | |
| | | | |
| AVISO DE RECEBIMENTO | | DESTINATÁRIO ANTÔNIA ROCHA FREIRE MARTINS Rua Sinedino Xavier de Oliveira, 53, Apto. 06, Cond. Res. Odilon Pereira, Rosa dos Ventos CEP 59141-620, Pamamirim/RN | |
| JR647444017BR | | ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR Secretaria da 25ª Vara Cível Rua Dr. Lauro Pinto, 315, 7º Andar, Lagoa Nova CEP 59064-250, Natal/RN | |
| TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª _____ 2ª _____ 3ª _____ h _____ | | DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OPCIONAL) Carta de Intimação n. 0815718-14.2017.8.20.5001-003 | |
| MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO <input type="checkbox"/> Mudou-se <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> Não existe o número <input checked="" type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Outros: <u>DAIANA LINS DINIZ</u> | | MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO <input type="checkbox"/> Recusado <input type="checkbox"/> Não encerrado <input type="checkbox"/> Ausente <input type="checkbox"/> Falecido | |
| ASSINATURA DO RECEBEDOR | | RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO | |
| NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR | | DATA DA ENTREGA | |
| | | Nº DOC. DE IDENTIDADE | |

CARTA
CORREIOS
22 FEB 2019
28 FEB 2019
CDD PAMAMIRIM

CORREIOS **AR** **AVISO DE RECEBIMENTO**

DESTINATÁRIO
 MAPFRE SEGUROS
 Rua Jaguarari, 1865, Lagoa Nova
 CEP 59065-500, Natal/RN

JR647444096BR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
 Secretaria da 25ª Vara Cível
 Rua Dr. Lauro Pinto, 315, 7º Andar, Lagoa Nova
 CEP 59064-250, Natal/RN

TENTATIVAS DE ENTREGA

| | | | | |
|----|---|---|---|---|
| 1ª | / | / | / | h |
| 2ª | / | / | / | h |
| 3ª | / | / | / | h |

ATENÇÃO
 Após 3(três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OPCIONAL)
 Carta de Intimação n. 0815718-14.2017.8.20.5001-002

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

| | |
|--------------------------------------------------|------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
 José Marques Castro Branco Junior
 Agente de Correios
 Mat. 8.627.654-0

DATA DA ENTREGA
 28/02/19

Nº DOC. DE IDENTIDADE
 1002-634-374

ASSINATURA DO RECEBEDOR
 Cláudia Rayane P. de Paula

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

59054500
27 FEB 2019
CARTA
59064-250
NATAL/RN
27 FEB 2019
59064-250
NATAL/RN

Juntada de contestação



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 08157181420178205001

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, empresa seguradora com sede à AVENIDA JAGUARARI 1865LAGOA NOVA NATA RN CEP 59054-500, inscrita no CNPJ sob o número 61074175000138 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIA ROCHA FREIRE MARTINS** representado por **DANIELLEY FREIRE MARINS MOURA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **02/10/2016**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **01/12/2016**.

Cumpre esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 5.737,50 (cinco mil e setecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

DO MÉRITO

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 5.737,50 (cinco mil e setecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**, após a regulação do sinistro.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquirir a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressalvar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 5.737,50 (cinco mil e setecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **02/10/2016**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de de R\$ 5.737,50 (cinco mil e setecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).**

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais⁴.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ⁵.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

⁴RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁵**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 5.737,50 (CINCO MIL E SETECENTOS E TRINTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁶.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁷

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

⁶“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁷art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.

CONCLUSÃO

Considerando a sua criação com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT, requer a substituição do pólo passivo para que passe constar a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora com fundamento no artigo 487 inciso I do CPC.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Súmula 474 do STJ.**

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a juntada do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Cabe esclarecer que se tratado de interesse de incapaz, o artigo 178, inciso II do CPC, informa que o Ministério Público deverá ser intimado no prazo de 30 dias para intervir como fiscal da lei. Diante disso, requer a intimação do Ministério Público para que se manifeste nos termos o artigo 279, do CPC, sob pena de nulidade.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer a Ré que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos com endereço à Rua São José, nº 90, Grupo 810 a 812, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP:20.0010-020, Tel: 21-3265-5600, corporativo@joaobarbosaadvass.com.br e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do **DR. ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR**, inscrito sob o **nº5432-OAB/RN**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

NATAL, 27 de maio de 2019.

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

TABELA DE GRADAÇÃO

| Danos Corporais Previstos na Lei | Total (100%) | Intensa (75%) | Média (50%) | Leve (25%) | Residual (10%) |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|----------------------|--------------------|-------------------|-----------------------|
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior | | | | | |
| Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral | | | | | |
| Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica | R\$ 13.500,00 | R\$ 10.125,00 | R\$ 6.750,00 | R\$ 3.375,00 | R\$ 1.350,00 |
| Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos | R\$ 9.450,00 | R\$ 7.087,50 | R\$ 4.725,00 | R\$ 2.362,50 | R\$ 945,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés | R\$ 6.750,00 | R\$ 5.062,50 | R\$ 3.375,00 | R\$ 1.687,50 | R\$ 675,00 |
| Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho | | | | | |
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar | R\$ 3.375,00 | R\$ 2.531,25 | R\$ 1.687,50 | R\$ 843,75 | R\$ 337,50 |
| Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo | | | | | |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão | R\$ 1.350,00 | R\$ 1.012,50 | R\$ 675,00 | R\$ 337,50 | R\$ 135,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé | | | | | |
| Perda integral (retirada cirúrgica) do baço | | | | | |

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RN 980-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa dos advogados **Antônio Martins Teixeira Junior**, inscrito na OAB/RN sob o nº 5432, **Thiago Miranda Gonçalves de Oliveira**, inscrito na OAB/RN 9.379, **Daniel Ramon da Silva**, OAB/RN 14.156, inscrita na OAB/RN sob o nº 8.707 e Fernanda **Chirstina Flôr Linhares**, inscrita na OAB/RN sob o nº 12.101, todos com escritório na Rua Miguel Arcanjo Galvao, N. 1952 - Ed Plenarium 9º andar, sala 906, Lagoa Nova, Natal - RN - CEP: 59.064-560, os poderes que lhes foram conferidos por **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ANTONIA ROCHA FREIRE MARTINS**, em curso perante a **25ª VARA CÍVEL** da comarca de **NATAL**, nos autos do Processo nº 08157181420178205001.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2019.



JOÃO ALVES BARBSA FILHO - OAB/RN 980-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

Juntada de petição de quesitos.



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 08130749820178205001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO DA SILVA BARBOSA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

NATAL, 29 de maio de 2019.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE NATAL/RN

Processo Nº: 0815718-14.2017.8.20.5001

MAPFRE SEGUROS, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, por seu advogado que esta subscreve, vem à presença de V. Exa. requerer a desconsideração da petição anexada nos **ID num. 44099860 e 44099890**, já que foram juntadas de forma equivocada aos autos eletrônicos, pois pertencem a outro processo.

Nestes termos,

Pede deferimento

Natal/RN, 06 de junho de 2019.

Fernanda Christina Flôr Linhares

untada de petição de quesitos correta.



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 08157181420178205001

MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIA ROCHA FREIRE MARTINS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

NATAL, 29 de maio de 2019.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br